



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

ESTUDOS PRELIMINARES**1 - Informações Básicas do ETP**

De acordo com a IN nº 40/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao termo de referência, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Ressalta-se que, no caso em questão, não foram previamente verificadas as hipóteses de exceção à elaboração dos Estudos Preliminares, respectivamente previstas no artigo 8º da referida instrução normativa, tendo em vista que o valor máximo estimado para a contratação, com base em contrato atualmente vigente, será superior ao limite de R\$17.600,00, disposto no art. 24, II, da Lei 8.666/93, e não se trata de contratação prevista nos incisos III, IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666/93 ou de renovação da vigência.

Por fim, registra-se que o presente estudo foi realizado com base no documento que formalizou a demanda (0824387) e conforme as diretrizes da IN SEGES/ME Nº 40/2020.

2 – Descrição da Necessidade

A presente contratação justifica-se em virtude da necessidade de manutenção dos equipamentos de ar-condicionado em funcionamento no imóvel de propriedade da SUSEP, por ser essencial à conservação do patrimônio público, além da segurança dos servidores, funcionários terceirizados e pessoas que se dirigem ao Escritório.

Além do desgaste natural dos equipamentos, a falta de prestação destes serviços pode acarretar graves danos aos equipamentos, podendo, inclusive, colocar a vida das pessoas em risco. Soma-se a isso o fato de que a falta de condições de trabalho pode acarretar em prejuízos para atribuições meio e fim da Autarquia.

A manutenção preventiva se faz necessária para que os equipamentos sejam mantidos sempre em boas condições de utilização, conforme Portaria do Ministério da Saúde nº 3.523 de 28 de agosto de 1998, e da Resolução nº 9 da ANVISA de 16/01/2003, as quais estabelecem parâmetros para verificação visual do estado de limpeza, remoção das sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, de forma a garantir a qualidade do ar de interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

Além disso, a contratação justifica-se pelo fato do ERSDF não dispor de mão de obra especializada, em seu quadro funcional, para a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, além de retificação ou substituição de peças e/ou componentes que porventura vierem a apresentar defeitos durante o funcionamento do sistema de climatização.

Com a presente contratação, espera-se alcançar uma boa qualidade de ar de interiores em ambientes climatizados, tornando o ambiente propício ao trabalho.

Por fim, vale esclarecer que este escritório possui um contrato vigente para manutenção dos equipamentos de ar condicionado. Porém, a empresa que presta os serviços atualmente encontra-se em situação fiscal irregular, motivo pelo qual o contrato não poderá ser prorrogado após o fim de sua vigência (28/02/2021). Sendo assim, faz-se necessária a abertura de novo procedimento licitatório, visando à seleção de novo fornecedor para o serviço.

3 – Área Requisitante

Escritório de Representação da Susep no Distrito Federal - ERSDF.

4 – Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação pretendida é para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de ar-condicionado do tipo split, com fornecimento de peças, componentes, acessórios (originais ou recomendados pelo fabricante), instalados nas dependências do Escritório de

Representação da SUSEP no Distrito Federal - ERSDF.

O serviço a ser contratado é de caráter contínuo, conforme previsto na IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, uma vez que sua interrupção pode comprometer a continuidade dos serviços prestados. Vale ressaltar que a duração inicial do contrato será de 12 meses, porém, a necessidade do serviço é por mais de um exercício financeiro e continuamente.

O serviço em questão enquadra-se na categoria de bens comuns de que tratam a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

Para fins de habilitação a empresa deverá estar devidamente registrada e com situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF. Será feita consulta "on-line" no SICAF, após a análise e julgamento da Proposta.

4.1. Requisitos a serem atendidos pela contratada

A CONTRATADA deverá possuir escritório de representação e profissionais aptos à prestação dos serviços no Distrito Federal.

A CONTRATADA deverá apresentar:

- a) No mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, nos moldes do art. 30, II, da Lei nº 8.666/1993, e cujas atividades sejam pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do presente Termo de Referência, expedido por entidade pública ou privada, que comprovem a prestação dos serviços descritos;
- b) Registro ou inscrição da empresa licitante e dos seus Responsáveis Técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou demais Conselhos competentes, conforme determinação legal;
- c) No mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Profissional do responsável técnico da empresa licitante, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou demais Conselhos competentes.

Para a perfeita execução dos serviços de manutenção preventiva/corretiva propostos, a CONTRATADA deverá dispor o profissional abaixo indicado de, no mínimo, 01 (um) Engenheiro Mecânico, tendo com a atribuição, dentre outras, de Gerente / Preposto do Contrato.

As atribuições, em linhas gerais, do engenheiro/preposto responsável serão:

- a) Responder e supervisionar todos os serviços das equipes que prestam serviços à locada na CONTRATANTE, manter contato permanente com o fiscal do contrato, ser responsável por manter o padrão de qualidade na prestação dos serviços e atestar a boa realização destes;
- b) O engenheiro/preposto deverá ter experiência em supervisão coordenação de equipe de manutenção de sistemas de ar condicionado, com visita mensal ao conjunto objeto da presente contratação, devendo ser apresentado ao fiscal do contrato relatório com todas as indicações que se fizerem necessárias, podendo ser sendo acionado a qualquer momento e sempre que necessário.

Quando solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar um relatório técnico com fotografias, sobre as condições e o estado atual dos equipamentos, bem como a possibilidade de surgimento de danos e desatendimento às normas de segurança.

No referido relatório, deve ser analisada e informada a gravidade de cada um dos pontos vulneráveis do conjunto, caso existam, todas as ações preventivas que já foram tomadas e todas as ações corretivas que serão futuramente tomadas pela empresa, para sanar todos os problemas existentes, devendo o sistema estar funcionando de acordo com as normas vigentes de segurança e instalações.

Independentemente da entrega do relatório e dos laudos, todas as ações corretivas urgentes e necessárias à segurança do imóvel e das pessoas que lá trabalham deverão ser iniciadas de imediato, sendo da responsabilidade da CONTRATADA a verificação e hierarquização das prioridades e a imediata intervenção.

O engenheiro/preposto deverá, sempre que solicitado pela SUSEP, comparecer às dependências da autarquia, devendo apresentar ao fiscal do contrato, quando solicitado, relatórios com todas as indicações que se fizerem necessárias sobre quaisquer serviços constantes neste Termo, podendo ser acionado a qualquer momento e sempre que necessário.

4.2. Critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada

O art. 12, VII, da Lei 8.666/93 estabelece que *"Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: (...) VII - impacto ambiental"*.

Outrossim, o art. 2º do Decreto 7.746/12 dispõe que *"A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório (...)"*, e os arts. 4º a 6º da mesma norma assim determinam:

*"Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:
I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;*

- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

Art. 6º As especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia devem ser elaboradas, nos termos do [art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993](#), de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental."

Ainda sobre o tema, o art. 4º da IN nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, dentre outros, menciona o seguinte:

"Nos termos do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

- I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;*
- II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;*
- III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;*
- IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;*
- V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;*
- VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;*
- VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;*
- VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e*
- IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço".*

Ante o exposto e considerando as disposições constantes do Guia Nacional de licitações sustentáveis da AGU - Abril/2020 - (http://www.novaleilicitacao.com.br/wp-content/uploads/2020/04/guia_nacional_de_contratacoes_sustentaveis_-_3_edicao_abr_2020.pdf), conclui-se que, na presente contratação, os critérios de sustentabilidade deverão ser considerados em aspectos técnicos constantes do termo de referência, com aplicação da legislação e normas sobre o assunto, podendo ser mencionadas, a título exemplificativo, além daquelas supracitadas, as seguintes determinações: a) observância das normas do Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization), relativas a sistemas de gestão ambiental; b) adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens inservíveis para o processo de reutilização.

5 – Levantamento de Mercado

A partir de pesquisa a outras licitações para a contratação de serviços de manutenção de equipamentos de ar condicionado, constatou-se a existência de dois modelos de atendimento das demandas: umas contemplando a mão de obra e todo o material e peças necessários e cujo serviço de manutenção contempla a mão de obra e o fornecimento de materiais e de algumas peças, porém, outras peças, como compressores, placas, etc., custeadas pelo o órgão, conforme editais (SEI [0826630](#)).

Esta equipe entende que o modelo ideal seria o que contempla a mão de obra e todo o material e peças necessários, já que, no caso de defeito no aparelho de ar condicionado, o conserto será executado de forma mais célere, pois não será necessária a instrução de procedimentos para a aquisição desse material a serem custeados pelo ERSDF.

Ademais, há que se ressaltar a dificuldade que pode ocorrer em localizar uma peça a ser substituída, uma vez que os equipamentos possuem alguns anos e pode ter havido descontinuidade na fabricação de peças dos mesmos. E, também, considerando a depreciação do equipamento diante do custo de reposição de algumas peças que eventualmente venham a se danificarem, talvez não seja válido arcar com os custos de substituição, prejudicando, assim, a continuidade da boa condição do ambiente de trabalho.

Depreende-se, portanto, que a solução de contratação mais apropriada é a cujo valor englobe o custo de todas as peças que possam precisar de substituição ao longo da execução da manutenção corretiva dos aparelhos.

6 – Descrição da Solução como um todo

6.1. Da Execução dos Serviços

6.1.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados por profissionais habilitados (técnicos/mecânicos de refrigeração), de acordo com os manuais dos fabricantes e segundo normas técnicas, utilizando de ferramentas adequadas, com vistas a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e garantindo a adequada refrigeração dos ambientes.

6.1.2. Todos os serviços de manutenção deverão, sempre que possível, ser executados em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário entre 08:00hs e 17:00hs.

6.1.3. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva que, por sua natureza técnica, acarretem paralisação dos sistemas prediais, ou que por qualquer motivo não possam ser realizados durante o horário de expediente, deverão ser executados em dias/horários não coincidentes com o expediente da CONTRATANTE, com as despesas decorrentes por conta da CONTRATADA.

6.2. Da Manutenção Preventiva

6.2.1. Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, tais como limpeza de filtros, verificação da atuação e ajuste de ruídos, vibrações anormais, com as devidas correções necessárias ao perfeito funcionamento do equipamento, limpeza em geral, verificação do funcionamento dos controles, troca de pilhas, verificação do consumo, etc., conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos.

6.2.2. A CONTRATADA elaborará um Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC), no primeiro mês de contrato, que deverá estabelecer um plano de rotinas de manutenção prevendo as rotinas para uma boa execução dos serviços contratados.

6.2.3. A manutenção preventiva será realizada na primeira quinzena de cada mês. As visitas mensais deverão ser previamente agendadas com a fiscalização e os procedimentos realizados deverão seguir com fidelidade o PMOC. Após a manutenção preventiva realizada, deverão ser gerados relatórios por equipamento e de acordo com o PMOC) que indiquem os procedimentos realizados, as irregularidades verificadas e as providências que serão adotadas.

6.2.4. Em todas as manutenções preventivas deverão ser avaliados de acordo com as normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especificações do fabricante e PMOC, bem como de acordo com a Portaria nº 3.523 de 28 de agosto de 1998 do Ministério da Saúde.

6.2.5. Correrá por conta da Contratada a mão de obra e todas as peças necessárias para manter o bom funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado nos serviços de manutenções preventivas.

6.2.6. A primeira manutenção preventiva terá início no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da publicação do contrato que resultar da licitação objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA.

6.2.7. Deverá ser incluída na primeira manutenção preventiva do exercício a visita a cada sala para verificar com os usuários se há dúvidas no manuseio do controle e do aparelho. As dúvidas deverão ser sanadas de modo a preservar o bem, como também, contribuir para um ambiente sustentável.

6.2.8. A manutenção preventiva mensal deverá prever, no mínimo, as seguintes rotinas:

- a) Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão no gabinete, na moldura e na serpentina.
- b) Verificar a operação de drenagem de água da bandeja.
- c) Verificar a vedação dos painéis de fechamento de gabinetes.
- d) Lavar a bandeja e serpentina com remoção do biofilme (lodo), sem o uso desengraxantes e corrosivos.
- e) Limpar o gabinete do condicionador.
- f) Limpar o elemento filtrante, utilizando os meios e substâncias adequados.
- g) Trocar os filtros de ar quando necessário.
- h) Verificar as condições físicas dos filtros, mantendo-os em condições de operação.
- i) Verificar o estado de conservação do isolamento termo acústico (se está preservado e se não contém bolor).
- j) Verificar ruídos e vibrações anormais, procedendo aos ajustes e correções necessários.
- k) Inspeccionar o nível de aquecimento do motor.
- l) Verificar tubulação, termostato, tomada, chave seletora e outros componentes elétricos.
- m) Realizar testes de vazamentos nas conexões e tubulações de gás refrigerante.
- n) Verificar o funcionamento, leitura e registro das temperaturas, anotando:
 - n1. Temperatura do tubo de sucção.
 - n2. Temperatura externa.
 - n3. Temperatura de insuflamento.
 - n4. Temperatura ambiente (Para definir a temperatura usar como orientação ABNT NBR 16401-2:2008 que determina que a temperatura ideal do ambiente seja entre 23°C a 25°C.)
- o) Verificar o funcionamento, leitura e registro do compressor e motor, anotando:
 - o1. Tensão de alimentação.

o2. Amperagem.

p) Verificar o funcionamento dos controles e repor novas pilhas, se necessário.

q) Verificar a fixação dos drenos na faixa externa do prédio, corrigindo a fixação caso necessário.

6.2.9. A prestação de serviço de manutenção preventiva deverá ser efetuada em todos os equipamentos contemplados neste TERMO DE REFERÊNCIA e, ainda nos aparelhos que eventualmente sejam substituídos a cargo da Contratante.

6.2.10. A Manutenção Preventiva deverá ser executada, obrigatoriamente, mensalmente, de acordo com um planejamento prévio, em caráter espontâneo e não em decorrência de atendimento a chamadas ou reclamações.

6.3. Da Manutenção Corretiva

6.3.1. Tem por objeto os procedimentos necessários a recolocar os equipamentos defeituosos em perfeito estado de funcionamento, compreendendo as substituições de peças defeituosas, sem qualquer ônus adicional, sempre que houver paralisação ou funcionamento parcial do equipamento ou quando for detectada por parte da Contratada a necessidade de recuperação, substituição de peças ou a correção de defeitos que venham prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos.

6.3.2. A manutenção corretiva também contemplará os serviços e respectivos materiais de reposição do gesso e de pintura, quando for necessário atuar nas tubulações/duros de refrigeração embutidos nas paredes ou no teto.

6.3.3. A Contratada se obriga ao atendimento às solicitações de manutenção corretiva no prazo de 24 (vinte quatro) horas. A formalização dos chamados se dará via *e-mail*.

6.3.4. Os serviços serão executados no local onde o(s) equipamento(s) estiver instalado exceto nos casos em que em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de desloca-lo(s) até a oficina da CONTRATADA, ou quando a natureza do serviço exigir local específico como nos casos de higienização, quando será necessária a autorização do CONTRATANTE.

6.3.5. Em cada processo de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização do contrato, a Ordem de Serviço adequadamente preenchida, especificando a causa e tipo de problema apresentado e indicando a necessidade, ou não, da substituição de peças, componentes ou acessórios.

6.3.6. O prazo para recolocação em funcionamento dos equipamentos, no caso da manutenção corretiva, será de 48 (quarenta e oito) horas, após a aprovação da ordem de serviço pela fiscalização da Susep, podendo ser acordado, entre as partes, prazo maior, em casos excepcionais.

6.4. Da Reposição das Peças e Materiais

6.4.1. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de todas as peças, materiais e equipamentos, como: sensor de ambiente, sensor de degelo, placa eletrônica, capacitores, motor do ventilador, filtro de ar, contactor, hélice, painéis de controle, compressores, serpentina, fusíveis, parafusos, correias, ímãs, terminais elétricos, graxas, solventes, produtos químicos de limpeza, materiais contra a corrosão e para proteção antiferrugínica, tinta, lixa, neutro, underseal, fita isolante, álcool, filtro secador, espuma de vedação, massa de vedação, vaselina, estopas, sacos plásticos para acondicionamento de detritos, materiais para solda, zarcão, vaselina, gases refrigerantes, trapo, óleos lubrificantes, oxigênio, nitrogênio, acetileno, materiais e produtos de limpeza em geral e de sistemas frigoríficos e desincrustantes e pilhas para os controles, medidores de corrente elétrica, medidores de temperatura, medidores de carga do gás, entre outros.

6.4.2. No caso de substituição, as peças deverão ser novas e genuínas, não se admitindo peças usadas ou reconcondicionadas, devendo o fiscal do contrato atestar a troca para a devida prestação de contas, as peças quando substituídas deverão ser entregues à SUSEP/DF, após o conserto dos equipamentos.

6.4.3. Os instrumentos, equipamentos e ferramentas necessários à execução do contrato deverão ser de posse da CONTRATADA, que deverá, de imediato e às suas expensas, disponibilizar todas as ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.

6.5. Sempre que necessário, a CONTRATADA deverá providenciar os reparos em forros, divisórias, paredes e piso, incluindo a reposição de gesso, pintura e outros acabamentos, utilizando para tal, material similar em qualidade e características técnicas existentes.

7– Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Para estimar o quantitativo para a contratação pretendida, consideramos todos os 17 aparelhos de ar condicionado, tipo Split, atualmente instalados no Escritório.

8 – Estimativa do Valor da Contratação

Em pesquisa a demais contratações públicas com objeto semelhante ao que será contratado por este ERSDF, identificamos 04 (quatro) pregões realizados nos últimos 180 dias, para contratação dos serviços, no Distrito Federal.

Adaptamos a proposta vencedora no pregão do Conselho Federal de Medicina (SEI 0826630), para a realidade do ERSDF. Porém, as demais tratam-se de contratações com características individuais e cujas quantidades de equipamentos divergem muito da realidade atual deste Escritório, motivo pelo qual não as utilizamos para efeito de estimativa de valores.

Ademais, cabe lembrar que há uma contratação vigente no ERSDF para manutenção dos equipamentos de ar condicionado. Porém, a empresa que presta os serviços atualmente (Vix Ar Condicionados) encontra-se em situação fiscal irregular, motivo pelo qual o contrato não poderá ser prorrogado após o fim de sua vigência (28/02/2021). Desta forma, entendemos que o valor pago atualmente pode ser considerado para cálculo do valor médio estimado.

Segue abaixo tabela com resumo dos valores:

Proposta	Valor Mensal	Quantidade de aparelhos	Valor mensal por equipamento	Valor mensal para 17 aparelhos (ERSDF)
Conselho Federal de Medicina (CFM)	R\$ 7.900,00	51	R\$ 154,90	R\$ 2.633,33
Vix Ar Condicionados	R\$ 2.991,66	17	R\$ 175,98	R\$ 2.991,66
Valor mensal médio estimado				R\$ 2.812,50
Valor global médio estimado				R\$ 33.750,00

Vale esclarecer que, após elaboração do Termo de Referência, será realizada pesquisa de preços diretamente com fornecedores do serviço localizados no Distrito Federal, para apuração do valor de referência para a contratação.

9 – Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O art. 23, §1º, da Lei 8.666/93 prevê que *"As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala"*.

Embora o parcelamento da solução seja a regra, consta do Manual Online de Riscos e Controles do TCU

(<http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/ManualOnline.htm>), no item 3 do tópico "Justificativas para o parcelamento ou não da solução":

"(...) A equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando as respostas a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas:

- 1) É tecnicamente viável dividir a solução?*
- 2) É economicamente viável dividir a solução?*
- 3) Não há perda de escala ao dividir a solução?*
- 4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?"*

No mesmo sentido, Antônio Carlos Cintra do Amaral, na obra *Licitação e Contrato Administrativo – Estudos, Pareceres e Comentários* (Belo Horizonte, Editora Fórum, 2006. Pp. 89/91), ensina o seguinte:

"De acordo com o § 1º do art. 23 da Lei 8.666/93, a Administração deve efetuar a partição de obras, serviços e compras, desde que seja ela técnica e economicamente viável. Essa viabilidade técnica e econômica deve resultar de um juízo sobre a vantagem ou desvantagem de contratar partes, em vez de contratar o todo. Em regra, a partição de compras é mais vantajosa. Mas no que se refere a obras e serviços, deve ser analisado cada caso, com o maior cuidado. A decisão de efetuar a partição deve visar ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, mas sem que isso importe em perda da economia de escala (ou, em certos casos, sem que fique prejudicado o enfoque sistêmico do objeto a contratar). Se a Administração demonstrar, inquestionavelmente, que a partição de uma obra, serviço ou compra conduzirá a uma contratação mais vantajosa, deverá efetuar-la. Caso contrário, não poderá fazê-lo. Obviamente, se a partição for impossível não haverá sequer como cogitá-la."

No caso em estudo, entende-se pela inviabilidade do parcelamento da solução, uma vez que a adjudicação por item, e não por preço global, das manutenções preventivas e corretivas e do fornecimento dos materiais, equipamentos e ferramentas que se fizerem necessários não se mostra técnica e economicamente viável, já que contatar vários fornecedores, em caso de necessidade de demanda, comprometeria a celeridade da execução dos serviços e, ainda, que gerenciar diversos contratos aumentaria os custos administrativos e diminuiria a eficiência do serviço público prestado. Além disso, haveria o risco de perda de escala e o risco de licitação deserta quanto a algum item, caso este não fosse considerado individualmente vantajoso para os licitantes.

Deste modo, entende-se que a solução não deverá ser parcelada.

10 – Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Serviço de manutenção predial (em procedimento de contratação - processo 15414.603795/2020-70)

11 – Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Plano Estratégico da Susep para o período de 2016 a 2020, aprovado pela Deliberação SUSEP Nº 182, de 20 de setembro de 2016, e alterado pelas Deliberações SUSEP Nº 203 e 216, definiu como Objetivo Estratégico da Susep, sob a perspectiva da Gestão e Inovação e com origem no Plano Plurianual, "Assegurar o suporte de bens e serviços adequado às necessidades da SUSEP".

Recentemente, a Susep também atualizou a sua cadeia de valor, destacando como uma das 4 temáticas de primeiro nível a "Gestão, Estratégia e Suporte", a qual, estruturalmente e graficamente, embasa e serve de fundação para as outras 3 temáticas complementares: *Regulação dos Mercados Supervisionados, Supervisão dos Mercados e Relacionamento Institucional*. Dentro do segundo nível (macroprocessos) denominado "Administração e Logística", encontramos os seguintes processos geradores de valor estratégico para Susep:

- Administrar suprimentos serviços e materiais: consiste na gestão dos serviços que suportam o funcionamento diário da Susep (...)
- Administrar instalações, bens móveis e imóveis: envolve assegurar que todos os bens, móveis e imóveis, da Susep sejam devidamente gerenciados e controlados (...)
- Prover aquisições e contratações sustentáveis: fomento ao desenvolvimento de alternativas que fortaleçam a sustentabilidade nos processos de aquisições e contratações.

Diante do exposto, conclui-se que a realização de uma contratação que atenda à necessidade acima descrita está alinhada ao Plano Estratégico da Susep em vigor e diretamente relacionada a 3 processos geradores de valor estratégico para a Autarquia.

12 – Resultados Pretendidos

A contratação em estudo objetiva manter os equipamentos de ar condicionado em boas condições de utilização, com vistas a garantir o desempenho normal das atividades do ERSDF, bem como o seu uso pleno, contínuo e seguro, conforme já explicitado.

Tal situação aproveita os recursos materiais já disponíveis a este órgão descentralizado da Susep e é uma solução econômica para aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis à Susep nos médio e longo prazos, visto que prolongará a vida útil dos bens em uso.

Por fim, a contratação do serviço pretendida, englobando o serviço e todo o material a ser utilizado mostra-se mais interessante que a aquisição separada de cada item, pois a organização transfere para a empresa terceirizada não só a responsabilidade pela manutenção dos equipamentos, mas também todas as despesas decorrentes, agilizando a eventual necessidade de troca de alguma peça necessária ao bom funcionamento dos equipamentos, tornando esta alternativa muito mais atrativa e prestigiando o princípio da economicidade.

13 - Providências a Serem Adotadas

Entendemos que não será necessário adotar providências para a adequação do ambiente do ERSDF.

14 - Possíveis Impactos Ambientais

O serviço de manutenção pode gerar um volume de resíduos a serem descartados podendo causar um impacto ambiental. Sendo assim, a adoção de critérios de sustentabilidade será verificada mensalmente por meio dos instrumentos de medição de resultado.

15 - Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020 da SEGES/ME.

16 - Identificação dos Responsáveis

Nome	Matrícula
André Wilson Martins de Lima	1.778.544
Luiz Eduardo Ademi Teixeira	1.349.889
Natália Gimenez Soares Martins	1.511.402



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA GIMENEZ SOARES MARTINS (MATRÍCULA 1511402)**, Analista Técnico da SUSEP, em 12/11/2020, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ WILSON MARTINS DE LIMA (MATRÍCULA 1778544)**, Chefe de Seção, em 12/11/2020, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO ADEMI TEIXEIRA (MATRÍCULA 1349889)**, Analista Técnico da SUSEP, em



14/01/2021, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0838736** e o código CRC **DDE51060**.